

Educação sexual para adolescentes: um estudo sobre as moralidades dos aconselhadores

DEBORA DINIZ*

LUCÉLIA LUIZ PEREIRA**

Resumo: Analisa os valores e as representações sociais acerca do exercício sexual na adolescência, a partir de entrevistas com a equipe multidisciplinar de atendimento dos adolescentes do Programa de Atenção Integral ao Adolescente (PRAIA), em Taguatinga, Distrito Federal.. Para o resgate das narrativas dos profissionais envolvidos no atendimento, foram explorados quatro pontos: gênero, orientação sexual, iniciação sexual e oferta de preservativos. A metodologia da pesquisa empregou técnicas qualitativas, por meio de entrevistas semi-estruturadas com os profissionais e da observação participante durante consultas e atendimentos.

Palavras-chave: moralidade, aconselhamento sexual, Programa de Atenção Integral ao Adolescente (PRAIA)

O desafio da intervenção no campo da sexualidade é um tema que perpassa as pesquisas acadêmicas, os projetos políticos, as ações educativas e as iniciativas do terceiro setor. A sexualidade é

* Doutora em Antropologia, pesquisadora associada do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (<d.diniz@anis.org.br>)

** Graduanda em Serviço Social e bolsista de iniciação científica, Conselho Nacional de Pesquisa.

um tema obrigatório não apenas para o Serviço Social, mas para todas as disciplinas que lidam com os valores e crenças morais das pessoas, como é o caso da Antropologia, da sociologia, dos estudos sobre religião ou gênero. A característica da pesquisa sobre sexualidade é exatamente essa diversidade de perspectivas, sendo um grande desafio o recorte analítico de qualquer discussão sobre o tema.

Neste artigo, analisamos os conflitos morais envolvidos no aconselhamento sobre sexualidade para adolescentes, tendo por estudo de caso o Programa de Atenção Integral ao Adolescente (PRAIA), em Taguatinga, Distrito Federal.¹ O objetivo da pesquisa foi o de analisar os valores e as representações sociais acerca do exercício sexual na adolescência, a partir de entrevistas com a equipe multidisciplinar de atendimento dos adolescentes. Para o resgate das narrativas dos profissionais envolvidos no atendimento, foram explorados quatro pontos: gênero, orientação sexual, iniciação sexual e oferta de preservativos.² A metodologia da pesquisa empregou técnicas qualitativas, por meio de entrevistas semi-estruturadas com os profissionais e da observação participante de consultas e atendimentos. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas por uma das pesquisadoras responsáveis.

Para os profissionais do PRAIA, intervir na questão da sexualidade é um desafio. A temática desperta inquietações extraprofissionais, já que, historicamente, a sexualidade foi entendida como questão de fórum íntimo e familiar, não dizendo respeito à sociedade e tampouco às profissões. É neste contexto moralmente ambíguo que se inserem os atendimentos do programa. O trabalho de campo revelou que a educação sexual dada aos adolescentes pauta-se em valores morais preestabelecidos relacionados à

¹ Muito embora, utilizemos o conceito *adolescentes* no masculino plural, a pesquisa foi realizada a partir de um marco de gênero. A preferência pela declinação no masculino plural justifica-se por questões de estilo.

² Aconselhador e profissional estão sendo utilizados como categorias sinonímicas. Foram entrevistados sete profissionais, dentre psicopedagoga, nutricionista, enfermeira, auxiliar de enfermagem, assistente social e médico, o que compõe toda a equipe de atendimento. Em consonância com o sugerido pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-ANIS), onde o projeto foi avaliado, optou-se por transformar as sete entrevistas em única narrativa institucional de forma a proteger e garantir o anonimato das pessoas envolvidas. Para maiores detalhes sobre esse recorte metodológico (cf. Pereira, 2002).

sexualidade, havendo, portanto, uma influência da moralidade sexual do aconselhador no conteúdo da informação repassada.

O exercício da sexualidade, entendido como parte do desenvolvimento humano, envolve conceitos como afetividade, prazer, troca, autonomia de decisão e respeito, constituindo-se, assim, em um direito fundamental. No entanto, devido a vários fatores, tais como preconceito, desinformação e desigualdade nas relações de gênero, a experiência da sexualidade pode tornar-se um risco para a saúde dos adolescentes. Tal fato tem levado várias instituições de socialização de adolescentes, dentre elas, as instituições de saúde, a adotarem medidas preventivas. Neste caso, a medida mais eficiente tem sido a incorporação da educação sexual a programas voltados aos adolescentes. Vale ressaltar, porém, que é recente a incorporação da educação sexual pelo sistema de saúde, haja vista que, até pouco tempo, o tema da sexualidade encontrava-se restrito às doenças sexualmente transmissíveis, em especial ao HIV/AIDS, bem como a gravidez na adolescência. O PRAIA é um desses exemplos de proposta de inclusão da educação sexual no atendimento em saúde.

Diversos programas têm sido promovidos com o objetivo de melhorar a saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes, muito embora questões anteriores ao atendimento em saúde ainda persistam, tais como a dificuldade em negociar o fato de que os adolescentes tenham vida sexual ativa, o que faz com que a comunicação entre profissionais e adolescentes durante a orientação sexual seja, muitas vezes, vertical e sem escuta do usuário (Figueiró, 1996). Esse quadro doutrinador da educação sexual é particularmente crítico nos serviços públicos de saúde, fazendo com que exista um tratamento discriminatório e preconceituoso que acaba por inibir o adolescente, ao invés de encorajá-lo a expor suas dúvidas e inquietudes. O que os resultados de nossa pesquisa demonstraram foi em que medida a experiência da sexualidade pelos adolescentes vem sendo vista, pela maioria dos profissionais de saúde do PRAIA, como uma questão imoral, o que impede linhas de intervenção menos coercitivas. Além desse viés no atendimento, há ainda necessidade de garantir ao adolescente acesso aos serviços antes mesmo do início de sua vida sexual, oferecendo-lhes um atendimento integral que inclua também aspectos psicológicos e sociais.

Moralidade, sexualidade e adolescência: uma interpretação trágica

O modo como o PRAIA lida com a questão da sexualidade dos adolescentes é crucial para a compreensão do processo educativo do programa. O momento do aconselhamento se configura-se como uma situação de conflito moral, haja vista que, diante da inexistência de uma moral sexual única, os valores dos aconselhadores tendem a entrar em conflito com as demandas dos adolescentes e mesmo a prevalecer sobre elas. As sessões de aconselhamento são um espaço privilegiado para compreender as tensões inerentes à diversidade de valores e crenças no campo da sexualidade, especialmente pela desigualdade de poder entre aconselhador e adolescente. Ou seja, muito embora o conflito seja parte saudável de uma sociedade moralmente plural, onde as noções de certo e errado são conceitos plásticos, a questão que nos interessa aqui é descortinar como ocorre a negociação da diferença moral entre aconselhador e adolescente.

Debora Diniz, em *Conflitos Morais e Bioética* (2001), propõe um modelo analítico de compreensão da relação humana com a moralidade. Os personagens do modelo de Diniz – o cavaleiro do absurdo, o herói antitrágico e a ironista – serão aqui resgatados para analisar o jogo conflituoso que se estabelece entre aconselhador e adolescente durante as sessões de atendimento. O que caracteriza cada personagem é sua relação com a moralidade, havendo basicamente três possibilidades de expressão moral: o personagem amoral (cavaleiro do absurdo), o personagem moral (herói antitrágico) e personagem imoral (a ironista). Como qualquer modelo, é preciso deixar claro que as pessoas não se comportam no mundo real tal como propõe a estrutura do modelo, sendo este apenas uma possibilidade de compreensão e não uma descrição dos comportamentos morais.

O cavaleiro do absurdo é aquele para quem tudo é possível, é o personagem amoral por excelência. O cavaleiro do absurdo é um personagem inexistente no mundo moral, existindo apenas fora do humano. É o personagem que enfrenta a ausência de sentido do mundo, o que chamamos aqui por realidade trágica. A moralidade, que tem como função preservar o ser humano da aproximação com

o mundo trágico, isto é, o mundo sem sentido, não faz parte da atitude do cavaleiro (Diniz, 2001, p.91). O personagem caracteriza-se pela indiferença com relação às normas, estando desligado do compromisso coletivo, à medida que as atitudes morais são inerentes às pessoas. Todos os personagens moralizados estão submetidos ao poder das crenças morais, não havendo espaço para a liberdade amoral entre os humanos, exceto no caso do cavaleiro, seja por loucura ou solitária clarividência (Diniz, 2001, p. 29).

O herói antitrágico, ao contrário do cavaleiro do absurdo, é o personagem da certeza, acredita em suas verdades morais, tendo um discurso persuasivo a serviço de ideais coletivos, pois para "... transformar-se em herói antitrágico é preciso acreditar na moral, sacralizá-la e divinizá-la, procedimento impensável ao cavaleiro quando submetido a um prova de Deus ou de si mesmo. O cavaleiro aposta no acaso, ao passo que o herói confia no certo..." (Diniz, 2001, p. 97). O herói antitrágico é o personagem que rejeita a dúvida e a pluralidade, suas ações estão pautadas na crença de uma responsabilidade moral única frente ao mundo, já que considera como única e verdadeiras apenas suas crenças morais, estabelecendo uma relação profunda com sua moralidade, negando as certezas morais diferentes das suas. Grande parte dos conflitos morais decorre dos comportamentos antitrágicos, isto é, daqueles que negam a ausência de sentido para as crenças e apostam na certeza.

A última personagem do modelo é a ironista, aquela capaz de distanciar-se de algumas de suas certezas e, mais especialmente, das certezas do senso comum. A ironista é aquela que persegue um olhar plural para a vida moral, sendo capaz de aceitar a diversidade de crenças morais existentes, ao relativizar as noções morais. O fato é que a ironista também tem moralidades particulares, porém, "... ao defender a liberdade como um valor, a ironista, com freqüência, realiza o movimento de crítica contra seus próprios pressupostos morais, reconhecendo-os, também, como intolerantes e assentados e uma moralidade particular..." (Diniz, 2001, p. 139), mas ao contrário do herói antitrágico, a ironista é capaz de lidar com a diversidade de possibilidades e escolhas morais. Assim como o herói antitrágico, a ironista também vive em um mundo antitrágico, isto é, ela é incapaz

de se livrar de todas as crenças morais, mas diferentemente do herói antitragico, a ironista sonha com a tragédia, ou seja, com um mundo tolerante frente à diversidade moral.

De posse dessas características dos personagens e de suas relações com a moralidade, é possível retornar às sessões de aconselhamento em sexualidade para adolescentes, a fim de analisar como se processa a relação entre aconselhador e adolescente. Os aconselhadores estão sempre oscilando entre o que acreditam ser moral e imoral no campo da sexualidade, um movimento pendular em que a medida do certo e do errado é traçada pela própria moralidade do aconselhador. Nesse sentido, a analogia entre o modelo moral de Diniz e os profissionais do PRAIA nos permite compreender o quanto esta é uma questão delicada, pois remete às crenças morais privadas dos aconselhadores, uma parcela da experiência profissional que, muitas vezes, se mantém irrefletida. Destacaremos aqui quatro aspectos específicos ligados à sexualidade dos adolescentes (gênero, orientação sexual, iniciação sexual e oferta de preservativos), com o intuito de mostrar como o PRAIA vem desenvolvendo sua intervenção baseada em valores morais relacionados à sexualidade já preestabelecidos e o modo como os profissionais transitam entre o jogo do moral e do imoral, tendo suas narrativas como pano de fundo.

Assim como Antígona, os aconselhadores se comportam como missionários morais de uma causa, ao defenderem a heterossexualidade ou a impossibilidade da oferta de camisinha, por considerarem as experiências imorais ou como práticas que estimulariam a sexualidade livre. Neste contexto, o atendimento acaba por se caracterizar como um espaço de disseminação das crenças morais dos aconselhadores, ao passo que as demandas dos adolescentes são geralmente enquadradas dentro de um modelo dicotômico de certo e errado, como se fosse possível a existência de uma moral sexual única de julgamento. Nesse sentido, a moral sexual do aconselhador se confunde com um suposto código profissional sobre como lidar com a diversidade sexual, um princípio, na verdade, inexistente no atendimento do PRAIA. Assim como no campo da técnica, onde a dúvida não é um princípio regulador bem-vindo, caracterizando, até mesmo, uma certa ineficiência no atendimento,

no campo da moralidade supõe-se que as certezas são indicativas de um bom atendimento.

Gênero

A presença dos estereótipos associados aos papéis de gênero é marcante nas narrativas dos aconselhadores do PRAIA, fazendo com que a moral sexual que organiza os comportamentos dos dois sexos seja bastante distinta. Aos garotos é dado um maior consentimento em relação ao exercício da sexualidade, ao passo que em relação à conduta sexual das adolescentes há uma moralização bem mais restritiva.³ A crença em um determinismo dos papéis de gênero é lugar comum entre os aconselhadores, um dado que impossibilita a promoção da autonomia por parte das adolescentes em decidir assuntos ligados à sua vida sexual. Tomando as narrativas sobre iniciação sexual como um indicativo desse viés de gênero do aconselhamento, o uso de expressões moralmente imperativas para as adolescentes contrasta-se com expressões condicionais quando relativas aos adolescentes, havendo uma diferença clara na estratégia de negociação: “... doze anos? Eu tenho que ser sincera, eu não estimularia...”, foram respostas comuns quando o sujeito da pergunta era um rapaz, ao passo que “... eu diria que não, para não iniciar”, quando o sujeito era uma moça. Uma variação desse discurso moralmente controlador da sexualidade feminina pode ser encontrada no seguinte trecho: “... é uma coisa muito complicada... Com treze anos?... Eu o orientaria... mas, no fundo eu não acharia bom, principalmente, se fosse uma mulher...”

A ação dos estereótipos de gênero nas crenças morais dos aconselhadores foi ainda mais notável quando a pergunta foi livremente posta, ou seja, quando se inquiriu sobre situações em que o aconselhador sentiu-se constrangido em aconselhar: “... um caso foi sobre uma jovem que a primeira coisa que ela me disse é que não queria ser mais virgem. Eu não quero ser mais virgem!, ela me disse. Ela tinha quinze anos. Como orientar, como prevenir?... Eu defendo a virgindade radicalmente – como é que eu oriento agora?...” O curioso dessa passagem é que o aconselhador

³ Para aprofundar na discussão sobre questões relativas a jovem, iniciativa sexual e gênero ver Heilborn (1999) e Leal (1999).

experimentou a dúvida moral sobre como agir, ao se perguntar como orientar uma adolescente demandando auxílio para não ser mais virgem. A dúvida moral é caracteristicamente um princípio ironista de sobrevivência, o caminho para a defesa da pluralidade e da diversidade no campo das moralidades. No entanto, a dúvida sobre “como orientar” não foi forte o suficiente para pôr em questão as próprias crenças do aconselhador, um assumido defensor da virgindade. Nesse sentido, o susto moral sofrido pelo aconselhador, ao se deparar com uma adolescente cuja demanda “era não ser mais virgem”, não abriu espaço para um aconselhamento ironista, mas sim para um aconselhamento ainda mais pautado na certeza da importância da virgindade como um valor moral para as adolescentes.

O fato é que não seria possível um aconselhamento livre de pressupostos morais, sejam eles o da virgindade ou da autonomia sexual. A defesa de uma prática ironista de aconselhamento moral não é o mesmo que propor a amoralidade do cavaleiro, para quem tudo é possível. O aconselhador será sempre um sujeito imerso em moralidades, em crenças sobre o que deva ser moralmente aceitável ou não no campo da sexualidade. A diferença, portanto, não está na defesa de crenças ou práticas morais relativas à sexualidade mas, sim, no processo de constituição desses valores que jamais poderia ser individualmente constituído, tal como no seguinte trecho de um dos aconselhadores: “... eu vou tirar essa idéia da cabeça dele, treze anos é muito novo, porque eu não posso orientá-lo diferente de dentro daquilo que é meu conceito...” Na verdade, somente uma sensibilização ironista para o mundo moral tornaria possível alguém orientar um adolescente a partir de valores diferentes dos quais justifica suas próprias preferências morais.

A pesquisa de campo junto aos profissionais do PRAIA revelou que os dispositivos utilizados pelos profissionais para negociar diferentes crenças e práticas não são discutidos entre a equipe, não havendo, assim, uma linha de intervenção do programa, fazendo com que cada profissional intervenha a seu modo, alguns promovendo a autonomia, outros a virgindade. Nesse sentido, há profissionais que condenam a iniciação sexual, solicitando aos adolescentes que

interrompam ou retardem a atividade sexual, ao passo que outros profissionais preferem persuadi-los utilizando argumentos de riscos à saúde e à integridade moral.

Orientação sexual

A questão da orientação sexual é a que mais claramente aponta para o conflito de moralidades existente nas sessões de aconselhamento em sexualidade para adolescentes. O tema da homossexualidade notadamente não compõe a pauta formal de intervenção do programa, apesar de a questão ser freqüentemente demandada (apenas um profissional fez menção à não ter tido experiência com aconselhamento neste campo). O tema parece ser de abordagem moral tão delicada que os profissionais surpreenderam-se quando a questão foi sugerida durante o levantamento de dados. Todos sentiram necessidade de afirmar que não tinham preconceitos com pessoas homossexuais, muito embora não hesitassem em expressar julgamento moral sobre as práticas homoeróticas: "... nós somos criados homem e mulher, portanto o sexo feminino como o sexo masculino, o homem deve ter um relacionamento com uma mulher e não com outro homem e a mulher com outra mulher. No meu ponto de vista é errado essas transas homossexuais..." ou ainda "... eu olho com naturalidade, mesmo porque na biologia... os animais transam tanto com o macho quanto com a fêmea, então para mim é natural, não olho com preconceito... não que eu ache certo, eu não acho".

O apelo a uma moral sexual inerente aos machos e fêmeas ou mesmo à idéia de que na natureza também existiriam práticas homossexuais, é uma estratégia comum de naturalização das crenças morais. A dicotomização entre natureza e cultura passa a compor o discurso sobre o normal e o anormal no campo da sexualidade, onde, ora o discurso natural é utilizado para naturalizar a homossexualidade, ora para bani-la do campo do possível. Conceber a homossexualidade como um desvio do normal é, em última instância, não dar espaço à pluralidade e à diversidade de moralidades sexuais existentes na sociedade.

Em relação à intervenção, os profissionais sentiram dificuldades de explicitar a conduta adotada pelo programa sobre como orientar adolescentes homossexuais. Mais do que em qualquer outro

campo, não há diretrizes traçadas para lidar com a questão da homossexualidade, abrindo espaço para que as crenças individuais fossem a referência de conduta a ser adotada: "... como orientar um casal homossexual? Nossa! Isso é muito complicado, eu não saberia como orientar, mesmo porque eu não concordo com essa prática, eu não saberia como orientá-los..." Curiosamente, essa foi uma das questões onde os entrevistados mais solicitaram que o gravador fosse desligado para responderem à pergunta, sendo que alguns deles optaram por comentá-la de formas diferentes, a depender da possibilidade ou não de gravação.⁴

Se, por um lado, a questão sobre como aconselhar adolescentes homossexuais foi a que mais intensamente provocou os limites de tolerância dos aconselhadores, foi também a que mais possibilitou que os aconselhadores reconhecessem seus limites profissionais para lidar com a diversidade. Mais abertamente que em outras questões, o tema da homossexualidade permitiu que alguns profissionais expressassem abertamente sua impossibilidade de intervir em face do confronto com suas próprias crenças morais. O interessante desse confronto entre as crenças morais dos aconselhadores e as demandas dos adolescentes, foi a saída patologizante encontrada pelos profissionais para justificar escolhas tão discordantes das suas: regra geral, a orientação homossexual foi remetida para o campo do distúrbio, da culpa e do sofrimento, como práticas passíveis de tratamento psicológico para re-estruturação. Nesse contexto de medicalização da homossexualidade, as sessões de aconselhamento convertem-se em espaços de controle e de heterossexualização do desvio.

Iniciação sexual

Além das premissas de gênero e da ideologia heterossexual que norteiam as ações do programa, outro tema que se mantém latente é o pressuposto de que o exercício da sexualidade pelos adolescentes deve apenas ser considerado moralmente lícito quando existam relações afetivas ou matrimoniais de suporte. Tal característica da intervenção fica evidente a partir de opiniões

⁴ A tal ponto essa foi uma pergunta que causou espanto entre os aconselhadores que um deles sentiu-se à vontade para questionar a orientação sexual de uma das pesquisadoras.

que supõem conhecer o objetivo da experiência sexual como, por exemplo, quando um dos aconselhadores sugere que “... a finalidade do sexo é para a procriação e para a satisfação do casal...” Para os profissionais, a prática sexual desligada do casamento parece significar a recusa pelos adolescentes do valor tradicionalmente associado ao casamento como o legítimo laço, tanto para a construção de uma família quanto para o exercício da sexualidade. Essa crença moral tem perpassado o aconselhamento, reforçando a necessidade de adiamento da iniciação sexual pelos adolescentes até o momento da descoberta do(a) companheiro(a) ideal, definido pelos aconselhadores como “... uma pessoa que esteja presente não só para transar, mas também que tenha a intenção de estender essa vivência sexual dentro de uma relação mais estável. Que a prática sexual seja uma demonstração de confiança no parceiro que queira casar...”

Desse modo, a legitimidade da sexualidade adolescente é quase sempre associada ao matrimônio. Excepcionalmente, alguns profissionais são mais flexíveis à iniciação sexual do adolescente, porém a explicação para essa concessão moral não está no reconhecimento de uma autonomia sexual, mas em uma suposta perda da racionalidade, ocasionado pela paixão ou envolvimento afetivo: “... não sei se é preconceito, penso que até se admite que pessoas tão prematuras tenham relações por estarem apaixonados ou envolvidos... mas quando você escuta da própria adolescente, que nunca sentiu nenhum sentimento assim... que foi só um momento, que saiu dali não quer nem ver, então não fica difícil de entender...” O interessante nessa fala é que, mais uma vez, o profissional buscou entender a conduta dos adolescentes de acordo com as suas premissas morais, condicionando o exercício sexual ao envolvimento emocional, demonstrando que o programa tem construído sua intervenção baseada em juízos morais negativos em relação à conduta sexual dos adolescentes, prevalecendo certezas morais anteriores e particulares dos aconselhadores.

Oferta de preservativos

A questão do fornecimento de camisinha é também reveladora do panorama do atendimento, pautado pelo conflito moral entre

aconselhadores e adolescentes. A possibilidade da oferta gratuita de preservativos femininos e masculinos divide as opiniões dos aconselhadores. Alguns profissionais colocam a oferta de preservativos como prática comum no PRAIA, ao passo que outros são resistentes à distribuição, ou mesmo condicionam a oferta à demanda explícita do adolescente. Além disso, a discussão sobre a distribuição ou não de preservativos está embebida em pressupostos de gênero, já que normalmente considera-se legítimo fornecer a camisinha apenas ao adolescente do sexo masculino. “... não é comum dizer: eu quero uma camisinha para mim! Se o programa está dando camisinha, é de uma forma, assim, velada... para as meninas eu nunca tive um caso de fornecer camisinha antes...Eu nunca pensei em oferecer a camisinha pra elas...”

A ambigüidade no fornecimento do preservativo parece estar ligada tanto à restrita comunicação entre a equipe, havendo ausência de linha de intervenção comum, quanto ao fato de o momento do aconselhamento ser uma situação de conflito moral, fazendo com que as ações dos aconselhadores convertam-se em missões de moralização. Fornecer ou não o preservativo, nesse sentido, é difundir uma crença. Levando em consideração que os profissionais discordam sobre a legitimidade do exercício sexual na adolescência, o fornecimento da camisinha poderia vir a confrontar sua própria certeza moral.

Além disso, a aceitação e distribuição da camisinha para os adolescentes parece significar o reconhecimento do exercício sexual como fonte de prazer, o que nem sempre está de acordo com as premissas morais do aconselhador. A questão do prazer é um tema ausente das narrativas dos aconselhadores, o que revela a dificuldade de lidar com o aconselhamento desvinculado da prática sexual estritamente orientada para a reprodução, reforçando um tema explorado por Micaela Parras e Susanna Rance (1997, p. 242), ao afirmar que “... o tratamento durante a consulta não supera os aspectos reprodutivos ou patológicos, ‘únicos considerados lícitos’ pelos serviços de saúde. Não se alude a seus aspectos afetivos, prazerosos e comunicacionais. Dessa maneira, e de forma implícita, as relações sexuais se associam ao coito e à reprodução...” Ou seja, a orientação sexual se vê reduzida à reprodução, por isso temas como homossexualidade são tão silenciados.

Considerações finais

O discurso de interdição da sexualidade adolescente deve ser entendido como resultado do confronto dos profissionais entre atuarem como promotores de saúde, tendo no caso específico da sexualidade, o propósito fundamental de cuidar da saúde sexual e reprodutiva, respeitando a liberdade de escolha, ou de atuarem como indivíduos responsáveis pela formação da conduta moral dos adolescentes, condenando ou aprovando determinados comportamentos sexuais de acordo com os valores sociais aprendidos e experimentados no seu âmbito familiar. Esse dilema dos profissionais tem provocado uma ambigüidade na intervenção: ao mesmo tempo em que possuem um discurso centrado no respeito às escolhas individuais, a prática educativa tem se mostrado como elemento normalizador e regulador da vivência sexual dos adolescentes, oscilando entre a utilização de valores pessoais e familiares no atendimento e no desempenho de ações que contribuam para uma experiência sexual saudável pelo adolescente. Nesse contexto, o discurso sobre o risco é intencionalmente utilizado para controlar práticas e valores considerados desviantes.

A moralidade dos profissionais é a dos personagens antitrágicos que “... prendem-se às suas ilusões morais particulares, à tranqüilidade do tradicionalmente tido como certo, uma vez que, para eles, esta se apresenta como a única forma de identificar-se socialmente...” (Diniz, 2001, p. 104). Nas narrativas fica evidente uma restrição ao exercício da sexualidade pelos adolescentes em virtude de ser esta prática divergente das crenças morais construídas socialmente tais como a legitimidade do exercício sexual no matrimônio e para a reprodução, a valorização da virgindade feminina, a maternidade como definidora da natureza da mulher e o casamento como seu destino. Nesse sentido, a iniciação sexual adolescente não é vista como recomendável uma vez que não tem como finalidade os objetivos definidos pela crença moral tradicional.

Muito embora tenha havido avanços na política de saúde voltada para os adolescentes, criando serviços com objetivos de promover integralmente o bem-estar desta faixa etária, esta pesquisa sobre os valores e crenças dos profissionais de saúde sobre aconselhamento

em sexualidade para adolescentes mostrou quanto o modelo de atenção vigente não tem levado em consideração a dimensão ética da intervenção. A tarefa educativa na ação de saúde se restringe à orientação sobre uso de métodos contraceptivos e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST/HIV/AIDS). A manutenção desses valores em relação à sexualidade não deve ser entendida como simples expressão de inconseqüentes julgamentos morais pelos profissionais de saúde, mas, sim, que a intervenção é fruto de múltiplos dilemas. Um deles está ligado à dúvida se o adolescente pode ou não ter autonomia sobre sua sexualidade. Geralmente, os profissionais acreditam que esta faixa etária está despreparada para a iniciação sexual, pois ainda não tem responsabilidade suficiente para exercer a sexualidade de forma a não pôr em risco sua saúde. A atuação dos profissionais, por isso, oscila entre aceitar as demandas trazidas pelos adolescentes, auxiliando-os a ter um exercício sexual saudável, e persuadi-los a adiar a vivência sexual, seja por meio de uma comunicação verbal ou instituindo o silêncio como sinal de reprovação aos comportamentos.

Um outro dilema presente no atendimento do PRAIA é a dificuldade demonstrada pelos profissionais em aceitar as alterações constantes dos padrões morais vigentes, demonstrando ambigüidades no atendimento. Ao mesmo tempo em que os profissionais reconhecem as mudanças ocorridas nos padrões sexuais de comportamento, colocando a necessidade de escuta do usuário e a inserção das mudanças no contexto do atendimento, cotidianamente, os profissionais demonstram estar permeados por atitudes fundamentadas em valores morais que não são consensuais como modelo de atenção na saúde. Em conseqüência, a prática educativa transita entre reproduzir as moralidades tradicionais e a construção de um espaço para discussões sobre novas formas de agir. Infelizmente, nesse impasse, não há espaço para o espírito ironista nas sessões de aconselhamento: predomina a educação heterossexista, a valorização do matrimônio como espaço legítimo para o exercício da sexualidade, ignora-se o prazer e se naturalizam os estereótipos de gênero.

O fato é que o momento do aconselhamento é uma situação permeada por conflitos resultantes do confronto entre as crenças

morais do profissional e do adolescente. No entanto, no encontro das moralidades, a moral sexual que predomina é a do aconselhador, havendo um cerceamento da possibilidade de autonomia ou de expressão por parte do adolescente. Dentre as implicações advindas desse modelo moral de assistência, a principal está ligada ao fato de que a educação sexual não consegue obter resultados positivos, porque os comportamentos sexuais não esperados pelos aconselhadores tornam-se imorais, impossibilitando a manifestação da pluralidade e diversidade inerentes à pessoa humana.

As considerações feitas nesta pesquisa apontam para a necessidade de uma maior atenção ao adolescente na área de saúde. A transposição das crenças morais dos aconselhadores como verdades e os julgamentos negativos podem propiciar um sentimento de vergonha e culpa nos adolescentes. Tais sentimentos tornam-se barreiras não apenas para a prática sexual, mas para a saúde à medida que tal conflito impede o prazer e a satisfação. A possibilidade do não julgamento dos aconselhadores do PRAIA em relação às condutas adotadas pelos adolescentes no que diz respeito à sexualidade só será possível se os profissionais adotarem a postura da personagem ironista, ou seja, inserir a dúvida em suas intervenções, aprender a relativizar suas certezas morais, aceitar as crenças morais diferentes de seu código de conduta, duvidar de suas sentenças. Infelizmente, o PRAIA, assim como os heróis antitrágicos, tem desempenhado um papel missionário, imprimindo uma moralidade enviesada em relação à sexualidade do adolescente. A eficácia da prevenção e redução da vulnerabilidade depende de um aconselhamento em que o adolescente participe como sujeito ativo.

Bibliografia

- DINIZ, Debora. *Conflitos Morais e Bioética*. Brasília. Letras Livres. 2001.
- FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. *Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio*. Londrina: Ed. UEL, 1996.
- HEILBORN, Maria Luiza. Gravidez na adolescência: considerações preliminares sobre as dimensões culturais de um problema social. In : VIEIRA, Elisabeth Meloni (Org.). *Seminário gravidez na adolescência*, 1999;

- LEAL, Ondina F.; FACHEL, Jandyra M. G. Jovens, Sexualidade e estratégias matrimoniais. In : HEILBORN, Maria Luiza (Org.) *Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- PARRAS, Micaela; RANCE, Susanna. Aborto e anticoncepção na interação da consulta médica: um estudo de caso. In : COSTA, Albertina de Oliveira. *Direitos tardios: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina*. São Paulo: PRODIR/FCC, Ed. 34, 1997.
- PEREIRA, Lucélia Luiz. *Educação Sexual para Adolescentes: um estudo dos aconselhadores*. Brasília: Universidade de Brasília. 2002. Monografia (Graduação em Serviço Social).